

BRASIL: 500 ANOS DE DOMINAÇÃO IMPERIALISTA¹

Entre 1500 e 1750, se constituiu o mercado mundial capitalista apoiado no capital comercial, que gerou uma divisão internacional do trabalho e um sistema colonial,² baseado na dominação dos povos “atrasados” pelas potências da época: Holanda, Inglaterra, França, Espanha e, em menor escala, Portugal.

A prosperidade europeia nasceu do sistema colonial.³ O domínio do mundo, com as grandes “descobertas”, ampliou a visão da classe burguesa, e a Europa se converteu no centro irradiador dos novos tempos. Para vencer as monarquias reacionárias, a burguesia tinha que usar todas as forças econômicas do mundo em ebulição. Os conquistadores foram na frente, financiados pelos banqueiros. Quanto mais as metrópoles se enriqueciam, mais as colônias se empobreciam. Quanto mais se industrializava a Inglaterra, mais se desenvolvia a produção primária exportadora nos países atrasados. Quanto mais civilizada a metrópole, mais atrasada a colônia. A exploração das colônias permitiu uma acumulação inicial de riquezas que deu vida ao capitalismo industrial nascido na Inglaterra por volta de 1750 e, posteriormente, possibilitou a nova época do capitalismo mundial, o imperialismo, que surgiu entre 1875 e 1900.⁴

A Inglaterra se tornou a nação dominante no mundo porque venceu, em guerras, seus competidores; foi a principal beneficiária do ouro e da prata explorada por Espanha e Portugal; se tornou a fábrica do mundo; contava com os banqueiros mais poderosos da Europa; e ainda possuía a maior frota de navios de guerra do mundo. Em 1815, detinha o monopólio do comércio mundial. Tudo isso foi impulsionado pela revolução burguesa no país, a primeira de todas, realizada entre 1640 e 1660.

Com o surgimento do mercado mundial, a história só pode ser apreendida numa totalidade. Sem entender o fenômeno do capitalismo nascente e seu domínio do mundo não é possível analisar, seriamente, a economia e a política mundial e local, de 1500 em diante.⁵ Desde então, o

¹ Sempre que nos referimos ao termo “imperialismo” para o período anterior a 1900, estamos nos reportando a um imperialismo nascente, do capitalismo mercantil, do sistema mundial colonial, que lançou as bases para a fase do capitalismo monopolista, conhecido como *imperialismo*.

² “As descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam os albores da era da produção capitalista. Estes processos idílicos são fatores fundamentais da acumulação primitiva. (...) As diferentes formas da acumulação primitiva distribuem-se agora mais ou menos por ordem cronológica, especialmente pela Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, no fim do século XVII, são coordenados através de vários sistemas: o colonial, o das dívidas públicas, o moderno regime tributário e o protecionismo. Estes métodos dependem em parte da força bruta, como por exemplo, o sistema colonial.” Marx, Karl, *O Capital*, Livro I, Volume 2, página 867, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

³ Discurso do jovem Engels sobre o descobrimento da América, em 1847: “O surgimento das máquinas se deve, em boa parte, ao descobrimento da América, e com isso, começou necessariamente a luta que estamos travando hoje, a luta dos despossuídos contra os possuidores. (...) Eis aqui como o descobrimento da América dividiu toda a sociedade em duas classes, o que não podia ocorrer sem o nascimento do mercado mundial.” Engels, Friedrich, “El descubrimiento de América y las luchas de los pueblos”, resumo do discurso pronunciado na Sociedade de Cultura Operária de Londres, em 30 de novembro de 1847, publicado em 1919 segundo as atas originais de Max Nettlau.

⁴ “Não cabe dúvida alguma – e precisamente este fato suscitou concepções inteiramente falsas – de que, nos séculos XVI e XVII, as grandes revoluções que tiveram lugar no comércio com os descobrimentos geográficos, e aceleraram enormemente o desenvolvimento do capital comercial, constituem um elemento básico na promoção do trânsito do modo feudal de produção para o modo capitalista. A súbita expansão do mercado mundial, a multiplicação das mercadorias circulantes, a emulação entre as nações europeias, desejosas de se apoderarem dos produtos asiáticos e dos tesouros da América, o sistema colonial coadjuvaram essencialmente para derrubar as barreiras feudais que obstaculizavam a produção.” Marx, Karl, *O Capital*, Livro III, Volume 5, op. cit., p. 383.

⁵ “Em geral, no entanto, são as determinações externas, acopladas com as forças internas, que articulam e orientam o subsistema econômico (...).” Ianni, Octavio, *A ideia de um Brasil moderno*, São Paulo, Brasiliense, 1992, p. 55.

capitalismo assumiu três fases (mercantil, industrial e monopolista) e se consolidou como um sistema econômico e político mundial.

Doravante, a “questão nacional” deixou de ser apenas a formação e unificação das nações contra o feudalismo para expressar a luta das colônias contra a dominação imperialista. A primeira forma se esgotou em 1848 na Europa, se tornou reacionária nos países dominantes, junto com toda a burguesia, enquanto as revoluções de libertação nacional começaram justamente quando findou o papel progressivo da burguesia dos países centrais da Europa, quando a burguesia mundial, já cumpria um papel reacionário nas colônias.

Brasil: uma vasta exploração colonial da Europa

A dominação imperialista, por um lado, e a não realização da revolução democrático-burguesa, por outro, vão determinar os fenômenos econômicos, políticos, sociais e culturais do Brasil de 1500 até os dias de hoje.

Este estudo busca compreender as características gerais do Brasil e sua dinâmica histórica em relação com o mundo, portanto, entende que nossa sociedade foi moldada, em seus aspectos fundamentais, pelo domínio estrangeiro, e não por suas especificidades “nacionais”. Não é a existência da monocultura para exportação o problema central do Brasil, e sim que os lucros dessa operação industrial não foram distribuídos para o seu desenvolvimento. O modelo foi orientado para enriquecer as metrópoles e impedir o surgimento de uma indústria local diversificada.

O critério fundamental para entender o Brasil é vê-lo dentro do mundo, em movimento, cumprindo uma função específica na divisão internacional do trabalho, e analisar os pontos de ruptura e como cada classe (ou setor de classe) se comportou nos últimos 500 anos.⁶

Toda a estrutura econômica, social, política e cultural do Brasil foi montada para fortalecer e enriquecer os centros metropolitanos: entre 1500 e 1703, domínio direto português, financiado pelos holandeses no início; entre 1703 e 1889, Portugal deixou de ser potência e se tornou uma semicolônia da Inglaterra, que passou a ter um domínio indireto, financeiro e comercial do Brasil; entre 1889 e 1940, domínio indireto – financeiro e comercial – em disputa entre Inglaterra e Estados Unidos; e de 1940 até hoje, domínio indireto – financeiro, comercial e industrial – dos EUA.⁷

Em 1703, com a assinatura do Tratado de Methuen, Portugal se tornou um protetorado da Inglaterra, dependendo dela, principalmente dos seus empréstimos, dos produtos manufaturados e da armada inglesa, que passou a proteger os bens da monarquia portuguesa no mundo. Com esse tratado, Portugal abriu mão de criar uma indústria própria em troca de a

⁶ “Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco (...) ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. (...) recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira.” Prado Júnior, Caio, *Formação do Brasil contemporâneo, São Paulo, Brasiliense, 1942, p. 26.*

⁷ “Os países da América Latina sempre participaram, desde sua origem na descoberta e colonização por povos europeus, do mesmo sistema em que se constituíram as relações econômicas que, em última instância, foram dar origem ao imperialismo, a saber, o sistema do capitalismo. São essas relações que, em sua primeira fase do capital comercial, presidiram a instalação e a estruturação econômica e social das colônias, depois nações latino-americanas.” Prado Júnior, Caio, *A revolução brasileira, São Paulo, Brasiliense, 1966, p. 68.*

Inglaterra comprar seus vinhos. O Brasil passou a ser pilhado duplamente: pela monarquia portuguesa e pela nascente burguesia inglesa.⁸

Entender que a subordinação estrangeira do Brasil pelo capitalismo nascente é o que dá a feição ao nosso país não deve negar que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil assumiu características próprias, únicas, altamente contraditórias, misturado com formas pré-capitalistas – a escravidão e o latifúndio.⁹

Essas características particulares nacionais são muito importantes, já que determinaram, por décadas, ou mesmo por séculos, a forma da política e do programa nacional. Porém, por mais importantes que sejam essas formas, obedecem às leis do desenvolvimento geral do sistema capitalista mundial.¹⁰

Nascemos colônia e até hoje temos uma condição semicolonial. São 500 anos de dominação imperialista sobre o Brasil. Apesar de se ter tentado apagar da memória do povo brasileiro esse domínio estrangeiro sobre nosso país nos últimos 85 anos, as marcas de tal dominação (controle sutil das multinacionais sobre a economia brasileira, mito da democracia racial para esconder o genocídio negro em quase 400 anos de escravidão, etc) estão por toda parte e devem ser reconhecidas, para serem eliminadas pela revolução socialista.

A colonização do Brasil, realizada por portugueses e financiada por banqueiros holandeses, foi resultado de uma empresa de natureza capitalista, visando uma produção de mercadorias em larga escala para o mercado mundial com fins lucrativos. Éramos apenas um elo do mercado mundial. O objetivo das “descobertas” era extrair ouro e prata – as moedas para o mercado mundial nascente –, alimentos e matérias-primas, com objetivo de lucro e de desenvolvimento das metrópoles. As grandes épocas da economia brasileira estavam ligadas ao mercado mundial: a época do Açúcar, que foi de 1532 a 1709, centralizado no Nordeste brasileiro, a do Ouro, entre 1709 e 1789, em Minas Gerais, que levou a capital para o Rio de Janeiro, e a do Café, entre 1800 e 1930, que deu protagonismo ao Sudeste, especialmente a São Paulo.

A demonstração do caráter capitalista se deu em dois níveis: de um lado, as *plantations* (grandes plantações de cana de açúcar) eram empresas capitalistas, utilizando técnicas modernas, empregando mão de obra em grande escala e produzindo mercadorias para o mercado mundial.¹¹ Essas empresas capitalistas foram confundidas com “feudos” por sua estrutura

⁸ Alan K. Manchester, estudioso do domínio inglês, afirmou em 1933: “Portugal se tornou, praticamente, um vassalo comercial da Inglaterra.” Citado por Celso Furtado em *Formação econômica do Brasil*, 20. ed., São Paulo, Editora Nacional, 1985, p. 33.

⁹ “A escravidão direta é o fundamento do nosso industrialismo atual, tanto como as máquinas, o crédito etc. Sem escravidão não teríamos o algodão, sem algodão não teríamos indústria moderna. É a escravidão que deu valor às colônias; são as colônias que criaram o comércio mundial; é o comércio mundial que constitui a condição necessária da grande indústria mecanizada. Por isso, antes do tráfico negreiro, as colônias não proporcionavam ao Velho Mundo senão uns poucos produtos que não teriam mudado visivelmente a face da terra. A escravidão, pois, é uma categoria econômica de enorme importância. Sem a escravidão, a América do Norte, a nação mais progressista, se transformaria num país patriarcal. Se supirmos a América do Norte do mapa das nações, teremos a anarquia, a decadência por completo do comércio e da civilização moderna. Porém, fazer desaparecer a escravidão equivaleria suprimir a América do Norte do mapa das nações. Portanto, a escravidão, por ser uma categoria econômica, existe desde o começo do mundo entre todos os povos. Os povos modernos não fizeram mais do que encobrir a escravidão entre eles e introduzi-la sem disfarces no Novo Mundo.” Carta de Marx para Annenkov. Traduzido do original francês segundo a compilação: Marx; Engels, *Ausgewählte Briefe*, Berlim, Dietz Verlag, 1953, p. 37.

¹⁰ “No entanto, ainda que estejam profundamente assentadas estas peculiaridades na estrutura social e por poderosa que seja sua influência na vida nacional, elas são limitadas. Em primeiro lugar, são limitadas na ação. Não substituem o processo superior da economia e política mundial nem podem abolir o funcionamento de suas leis.” Novack, George, *A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade*, São Paulo, Rabisco, 1988.

¹¹ Marx caracteriza a colonização nas *plantations* (grandes plantações) da seguinte forma: “Na segunda classe de colônias – as plantações, que são, desde o momento de criar-se, especulações comerciais, centros de produção para o mercado mundial – existe um regime de produção capitalista, ainda que de modo formal, posto que a escravização de negros exclui o trabalho livre assalariado, que é a base sobre a qual descansa a produção capitalista. São, no entanto, capitalistas os que manejam o tráfico de negros. O

latifundiária e por utilizar mão de obra escravizada. De outro lado, não se estruturou uma sociedade baseada na pequena propriedade rural, que produz para a subsistência, uma característica importante do modo de produção feudal. Os elementos pré-capitalistas, confundidos erroneamente com feudalismo, foram, assim, subordinados ao capitalismo nascente, gerando um novo tipo de sociedade, uma mistura de sistemas. A melhor demonstração de que não houve feudalismo no Brasil é que a economia canavieira teve seu auge e sua decadência na concorrência mundial: a produção do Caribe suplantou a produção brasileira em rentabilidade, provocando a crise dessa indústria que foi a cara do Brasil por 200 anos.

Porém, a colonização brasileira utilizou formas pré-capitalistas (a escravidão burguesa e o latifúndio burguês), criando um novo tipo de sociedade, um escravismo burguês, híbrido, uma mistura, desigual e combinada, subordinada ao capital mercantil e ao mercado mundial.¹² O escravismo burguês representa os dois polos que determinaram a vida colonial do Brasil: a dominação burguesa estrangeira e a escravidão, estando a segunda subordinada à primeira. Escravidão burguesa, porque o tráfico negreiro era um negócio capitalista monopolizado pelas potências da época e porque, em muitas regiões, os negros escravizados tinham que plantar nas terras do proprietário para garantir sua sobrevivência. Latifúndio burguês, porque as *plantations* (grandes plantações), especialmente os engenhos de açúcar da época, eram parte de uma empresa capitalista. A sociedade saltou do comunismo primitivo, a partir do extermínio da organização social das tribos que habitavam a região, e foi ligada ao sistema mundial de Estados, o capitalismo nascente. Essa nova estrutura social deu um salto de 5 mil anos (4 mil anos de duração do escravismo – de 3.500 a.C. a 500 anos d.C. – e mil anos de feudalismo – do século V ao século XV), ao utilizar essas formas pré-capitalistas como pontes que ligaram o comunismo primitivo com o capitalismo europeu nascente.

A dominação imperialista foi moldando o Brasil como imagem invertida e distorcida da Europa, formando um caleidoscópio, um túnel do tempo no qual estavam mesclados os modos de produção,¹³ todos subordinados ao seu futuro: a forma capitalista de produção.¹⁴

A complexidade dessa sociedade pregou uma peça na maioria dos historiadores, que resolveram suas dificuldades teóricas anulando o contraditório: para uns, era uma sociedade feudal,¹⁵ que iria percorrer o caminho linear dos modos de produção, numa escadinha histórica: escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo. Outros opinaram que era um modo de produção

sistema de produção introduzido por eles não provém da escravidão e sim que se enxerta nela. Neste caso, o capitalista e o latifundiário são uma só pessoa.” Marx, Karl, Teorías sobre la plusvalía (Tomo IV de El Capital) tomo 2, México, Fondo de Cultura Económica, 1980, p. 331.

¹² Sem utilizar esse conceito, o líder político argentino, Nahuel Moreno, definiu assim a sociedade colonial: “A verdade é que não pode haver outra definição marxista para a colonização espanholas-portuguesas e no Sul dos Estados Unidos que a produção capitalista especialmente organizada para o mercado mundial com relações de produção pré-capitalistas.” Moreno, Nahuel, “Quatro teses sobre a colonização espanhola e portuguesa na América”, 1948, disponível em https://www.marxists.org/espanol/moreno/obras/01_nm.htm. A Liga Comunista Internacionalista, organização trotskista brasileira que existiu na década de 1930, tinha uma posição similar, ainda que em certos textos defina como “feudalismo colonial” ou “economia semifeudal”. Documentos da Liga Comunista Internacionalista, 1930 - 1933 Fúlvio Abramo e Dainis Karepovs (orgs., “Projeto de teses sobre a situação nacional”, 1933, p. 156-157.

¹³ Milcíades Peña, em colaboração estreita com Nahuel Moreno, definiu essas sociedades como “capitalismo colonial”, em oposição ao capitalismo industrial. Ver Peña, Milcíades, *Historia del Pueblo argentino*, 1955/1957, Editora Emecé, Buenos Aires, 2014, p. 61.

¹⁴ O dirigente do PCB, Leôncio Basbaum, identifica um novo tipo de feudalismo: mistura de feudalismo medieval, escravagismo romano e capitalismo renascentista, isto é, um sistema burguês-feudal-escravista. Basbaum, Leôncio, *História sincera da República*, 2. ed., v. 1, 1962, p. 31.

¹⁵ A posição de que houve um “feudalismo” no Brasil colonial foi defendida por autores ligados ao Partido Comunista, como Néelson Werneck Sodré, em *História e materialismo histórico no Brasil*, São Paulo, Global, 1985, p. 115-118.

escravista.¹⁶ Latifúndio e feudalismo não são sinônimos, tanto que até hoje impera o latifúndio no Brasil, dominado pelo agronegócio capitalista multinacional. Portanto, pensavam que se reproduziria na colônia o mesmo esquema do desenvolvimento europeu, no qual a burguesia cumpriu um papel revolucionário, dirigindo uma revolução democrático-burguesa, contra as monarquias.¹⁷ Para outros, partindo da premissa correta de que a colonização teve um caráter capitalista, concluíram que a revolução brasileira era diretamente socialista,¹⁸ esquecendo que 350 anos de escravismo e de latifúndio marcariam a sociedade definitivamente, criando um híbrido, uma sociedade diferente das sociedades europeias, que combinou o mais avançado da época (surgimento do mercado mundial capitalista e a técnica produtiva) com o mais atrasado (a escravidão humana).

Essa subordinação das formas pré-capitalistas ao capitalismo mundial se deu através da divisão internacional do trabalho, pela qual os países dominados produziram alimentos e matérias-primas para o desenvolvimento das metrópoles, distorcendo seu desenvolvimento normal, reproduzindo no dia a dia as formas de dominação estrangeira e submissão colonial. Coube ao Brasil o modelo da monocultura para exportação: pau-brasil, cana-de-açúcar, ouro, borracha, cacau e café. Esses ciclos representaram momentos da alienação do Brasil aos interesses das metrópoles e deixaram um rastro de destruição no país.¹⁹

O capitalismo nascente soube, desde o início, utilizar as formas pré-capitalistas para ampliar sua exploração sobre os trabalhadores e sobre as nações coloniais e semicoloniais, começando pela utilização de mão de obra escravizada, a exploração do camponês pelo latifundiário semiburguês, pelo comércio desigual, pela pirataria, pela imposição de impostos e, depois, pela utilização dos empréstimos bancários. Todas essas formas foram vitais para o surgimento do capitalismo inglês e europeu e coabitaram com a extração “pura” de mais-valia. Portanto, apesar de serem formas contraditórias do capitalismo industrial, foram submetidas a este e colocadas para funcionar ao serviço do novo sistema de exploração mundial.²⁰

A demonstração desse atrofimento do desenvolvimento do Brasil foi o Alvará de 5 de janeiro de 1785, de Maria I, que extinguiu as manufaturas de tecido no Brasil, obrigando-o a comprar produtos industriais da Inglaterra. Essa lei foi imposta por Portugal para satisfazer o monopólio industrial inglês. A única indústria permitida era do açúcar. A indústria têxtil e a ourivesaria

¹⁶ A visão definida como “escravismo colonial” foi defendida por Jacob Gorender em *O escravismo colonial*, de 1978. Esse autor, apesar de partir de uma ideia inovadora, a de que o escravo era o elemento central da realidade colonial brasileira, tira-o do contexto global. O elemento determinante para definir o Brasil é a sua relação com o mundo, e não o inverso. Gorender simplifica as relações de produção à forma de como se produz, sem levar em conta a finalidade da produção. Gorender, Jacob, *O escravismo colonial*, São Paulo, Ática, 1978.

¹⁷ Caio Prado Júnior, apesar de ser da direção do PCB, negou essa visão: “(...) sistema feudal, semifeudal ou aparentado nunca existiu entre nós (...)”. *A revolução brasileira*, op. cit., p. 39.

¹⁸ Posição defendida por André Gunder Frank, teórico marxista europeu, e por algumas organizações guerrilheiras das décadas de 1960 e 1970.

¹⁹ “O açúcar brasileiro do século XVI e parte do XVII contribuiu à acumulação originária do capital nos Países Baixos a partir da comercialização e o transporte de dito produto controlado pela Holanda. Durante o século XVIII, o ouro e os diamantes do Brasil contribuíram em grande medida ao fundo de acumulação que permitiu o salto industrial, porque esses minerais preciosos iam para Lisboa e dali para Londres. Com toda razão se disse que ‘entre 1700 e 1770, o comércio anglo-português contribuiu substancialmente ao desenvolvimento da economia inglesa’”. Vitale, Luís, *História Latino-americana*, tomo 1, 1997, p. 20, tradução nossa. Acessado em 30/9/2016 em: http://mazinger.sisib.uchile.cl/repositorio/lb/filosofia_y_humanidades/vitale/obras/sys/aaml/a/t1s.pdf

²⁰ Os 800 mil quilos de ouro extraídos do Brasil (três vezes mais que o extraído pelo império espanhol em suas colônias americanas) e enviados, depois de breve passagem por Portugal, para a Inglaterra, tornaram a banca de Londres o maior centro financeiro da época.

foram proibidas por cartas régias.²¹ Assim, o imperialismo nascente matava a possibilidade de um desenvolvimento capitalista “normal”, já que a industrialização com a consequente urbanização é a condição sem a qual não há desenvolvimento capitalista.

Essa localização colonial do Brasil na divisão internacional do trabalho foi imposta pela força, como tudo que é feito pelo capitalismo. Significou o extermínio de mais de 5 milhões de indígenas e outros milhões de negros escravizados (que tinham oito anos de vida “útil” produtiva). Estima-se que cerca de 10 milhões de negros africanos foram feitos escravos e trazidos para a América, dos quais 40% vieram para o Brasil.

Essa subordinação ao capitalismo mercantil europeu determinou que a classe burguesa no Brasil nascesse muito débil,²² porque surgiu totalmente dependente do mercado mundial e por isso mesmo incapaz de romper com a dominação estrangeira através de uma revolução democrático-burguesa. A burguesia brasileira surgiu muito cedo, atada de pés e mãos ao imperialismo nascente e, por essa dependência, apodreceu antes de amadurecer. A aristocracia burguesa açucareira, os empresários do açúcar, os latifundiários semiburgueses, enfim, a classe dominante no Brasil colonial, reinou por 200 anos como agente dos capitais estrangeiros. Dependia diretamente das oscilações do mercado mundial e da concorrência internacional. Outro elemento que debilitou a burguesia nacional no seu nascimento: o comércio estava em mãos de estrangeiros, principalmente os portugueses e ingleses.

²¹ “Eu a Rainha (...) ordeno que todas as fábricas, manufaturas ou construções de barcos, de tecidos, de ourivesaria (...) ou de qualquer tipo de seda (...) algodão ou linho e roupa (...) qualquer confecção de lã (...) serão extintas e abolidas em qualquer dos meus domínios do Brasil.” Citado por André Gunder Frank, em *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*, agosto de 1972, p. 111. Tradução nossa. Acessado em 30/9/2016 em http://www.archivochile.cl/Ideas_Autores/gunderfa/gunderfa0006.pdf

²² “A burguesia brasileira nasceu no campo e não na cidade. A produção ligou-se umbilicalmente ao mercado externo. As vicissitudes coloniais no Brasil nos primeiros três séculos de sua história não são mais que a repercussão das lutas das nações europeias para o predomínio do mercado mundial (...).” Liga Comunista Internacionalista (LCI), “Projeto de teses sobre a situação nacional”, 1933.